



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 369,698 milhões, correspondendo a R\$ 38.490,16 por ação, e Patrimônio Líquido de R\$ 3,350 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 11,04%.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos era de R\$ 53,670 bilhões, destacando-se R\$ 43,333 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 6,046 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil (Leasing Financeiro), a valor presente, sendo R\$ 11,655 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor

Residual Parcelado ou Antecipado era de R\$ 2,393 bilhões.

O total de Captações, em 31 de dezembro, estava representado por R\$ 46,334 bilhões de Debêntures e R\$ 506,877 milhões de FINAME.

No exercício, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	11.305.005	12.904.014	CIRCULANTE	2.219.977	1.928.363
DISPONIBILIDADES	114	87	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 13)	42.276	64.492
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	9.681.135	11.292.201	Recursos de Debêntures	42.276	64.492
Aplicações no Mercado Aberto	6.013.534	8.635.342	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.667.601	2.656.859	(Nota 14)	224.443	244.506
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			FINAME	224.443	244.506
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7)	1.410.635	1.265.799	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.953.258	1.619.365
Carteira Própria	1.303.662	1.084.670	Sociais e Estatutárias	198.555	110.751
Vinculados à Prestação de Garantias	106.973	181.129	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	389.374	272.645
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(104.225)	(5.741)	Negociação e Intermediação de Valores	15	15
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 16b)	1.365.314	1.235.954
- Setor Público	38.995	71.308			
- Setor Privado	2.640.292	2.488.663	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	48.100.215	43.953.410
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.564.821)	(2.457.498)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 13)	46.291.627	42.393.028
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação			Recursos de Debêntures	46.291.627	42.393.028
Duvidosa	(218.691)	(108.214)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS		
OUTROS CRÉDITOS	278.879	345.314	(Nota 14)	282.434	402.448
Rendas a Receber	3.685	1.223	FINAME	282.434	402.448
Diversos (Nota 9)	275.264	344.175	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.526.154	1.157.934
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(70)	(84)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	366.450	532.877
OUTROS VALORES E BENS	38.467	6.354	Diversas (Nota 16b)	1.159.704	625.057
Outros Valores e Bens	68.895	32.055			
Provisões para Desvalorizações	(30.428)	(25.701)			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	3.350.150	3.066.459
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	33.996.231	28.076.117	Capital:		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	33.651.962	27.517.879	- De Domiciliados no País	2.127.800	2.127.800
Aplicações no Mercado Aberto	329.370	-	Reservas de Lucros	1.217.515	935.621
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.322.592	27.517.879	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.835	3.038
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(206.796)	(129.082)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	8.108	30.149			
- Setor Privado	3.541.845	3.760.181			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.549.420)	(3.790.321)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação					
Duvidosa	(207.329)	(129.091)			
OUTROS CRÉDITOS	550.163	686.205			
Diversos (Nota 9)	550.392	686.477			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(229)	(272)			
OUTROS VALORES E BENS	902	1.115			
Despesas Antecipadas	902	1.115			
PERMANENTE	8.369.106	7.968.101			
INVESTIMENTOS (Nota 10)	34.724	36.150			
Participações em Coligadas:					
- No País	26.238	26.435			
Outros Investimentos	29.954	34.978			
Provisões para Perdas	(21.468)	(25.263)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	8.489	9.397			
Imóveis de Uso	11.479	11.479			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(17.084)	(16.176)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8h e 11)	8.325.893	7.922.503			
Bens Arrendados	10.885.944	9.800.431			
Depreciações Acumuladas	(2.560.051)	(1.877.928)			
DIFERIDO (Nota 12)	-	51			
Gastos de Organização e Expansão	-	3.065			
Amortização Acumulada	-	(3.014)			
TOTAL	53.670.342	48.948.232	TOTAL	53.670.342	48.948.232

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.071.384	8.265.213	8.288.804
Operações de Crédito	9.628	15.047	12.623
Operações de Arrendamento Mercantil	2.254.485	4.271.819	3.852.443
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7b)	1.807.271	3.978.347	4.423.738
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.709.781	7.678.030	7.762.537
Operações de Captações no Mercado	1.929.476	4.206.176	4.733.311
Operações de Empréstimos e Repasses	21.664	47.859	51.655
Operações de Arrendamento Mercantil	1.724.508	3.227.949	2.871.029
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f e g)	34.133	196.046	106.542
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	361.603	587.183	526.267
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	33.221	13.455	166.809
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(13.166)	(21.782)	(16.437)
Despesas Tributárias (Nota 19)	(26.560)	(49.084)	(38.644)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 10a)	935	2.036	3.583
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	103.390	139.278	263.643
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(31.378)	(56.993)	(45.336)
RESULTADO OPERACIONAL	394.824	600.638	693.076
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	(12.158)	(18.594)	13.138
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	382.666	582.044	706.214
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(131.505)	(212.346)	(239.893)
LUCRO LÍQUIDO	251.161	369.698	466.321
Número de ações (Nota 17b)	9.605	9.605	9.605
Lucro por ação em R\$	26.148,98	38.490,16	48.549,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua...





Bradesco

Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e
Divulgação de Relatórios
de Análise Econômica
Financeira e Demonstrações
Financeiras Consolidadas
da Organização Bradesco

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital		Legal	Estatutárias	Próprias		
Saldos em 30.6.2009.....	2.127.800	-	-	67.284	958.721	3.826	-	3.157.631
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.009	-	1.009
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	-	251.161	251.161
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	12.558	178.952	-	(191.510)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	(59.651)	(59.651)
Saldos em 31.12.2009.....	2.127.800	-	-	79.842	1.137.673	4.835	-	3.350.150
Saldos em 31.12.2007.....	2.014.485	-	269	38.041	542.086	3.819	-	2.598.700
Aumento de Capital por Subscrição	-	112.855	-	-	-	-	-	112.855
Aumento de Capital com Reservas.....	-	460	(384)	-	(76)	-	-	-
Homologação de Aumento de Capital.....	112.855	(112.855)	-	-	-	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais.....	-	-	115	-	-	-	-	115
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(781)	-	(781)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	-	466.321	466.321
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	23.316	332.254	-	(355.570)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	(110.751)	(110.751)
Saldos em 31.12.2008.....	2.127.340	460	-	61.357	874.264	3.038	-	3.066.459
Saldos em 31.12.2008.....	2.127.340	460	-	61.357	874.264	3.038	-	3.066.459
Homologação de Aumento de Capital.....	460	(460)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.797	-	1.797
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	-	369.698	369.698
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	18.485	263.409	-	(281.894)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	-	-	(87.804)	(87.804)
Saldos em 31.12.2009.....	2.127.800	-	-	79.842	1.137.673	4.835	-	3.350.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil**

				2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
				2009	%	2009	%	2008	%
				2009		2009		2008	
				2º Semestre		2º Semestre		31 de dezembro	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009		2008	
				2009		2009			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas informações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" diário e calculadas com base no método exponencial, exceto

aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação,



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 01/07/2010 15:52:21.

Nº de Série do Certificado: A4593718587336251D887C7A8E90CE05960706A7

[Ticket: 12541449] - www.imprensaoficial.com.br

...Continuação



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é a proteção contra riscos (“*hedge*”) ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como, para o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 8h).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens “II” a “IV” acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 8h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (“*accrual*”) destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica “Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, sendo que para a superveniência de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9%, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Os créditos tributários originados em períodos anteriores, decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2009				2008			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)
Títulos para negociação	-	1.021.333	30.266	350.856	1.402.455	1.402.432	23	1.260.599
Letras financeiras do tesouro	-	1.736	9.486	278.305	289.527	289.534	(7)	774.012
Certificados de depósito bancário	-	-	851	8.737	9.588	9.588	-	14.993
Debêntures	-	-	7.737	5.330	13.067	13.067	-	24.188
Letras do tesouro nacional	-	1.019.597	1.072	3.539	1.024.208	1.024.178	30	438.362
Notas do tesouro nacional	-	-	11.120	54.945	66.065	66.065	-	9.044
Títulos disponíveis para venda	8.180	-	-	-	8.180	207	7.973	5.200
Ações (3)	8.180	-	-	-	8.180	207	7.973	5.200
Total em 2009	8.180	1.021.333	30.266	350.856	1.410.635	1.402.639	7.996	1.265.799
Total em 2008	5.200	602.276	142.685	515.638				5.557

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administradas pelo Conglomerado Bradesco foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas; e
- (3) Em 2009, foram realizadas perdas que não temporárias no valor de R\$ 1.128 mil, para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

Continua...



...Continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	3.859.784	4.289.750
Títulos de renda fixa.....	14.842	20.725
Títulos de renda variável.....	(241)	-
Fundos de investimento.....	103.962	113.263
Total.....	3.978.347	4.423.738

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Análise de Sensibilidade

Como boa prática de governança de gestão de riscos, a Bradesco Leasing possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

De acordo com a natureza das suas atividades a Bradesco Leasing possui em seu portfólio apenas operações *Banking* e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Fatores de Riscos	Carteira <i>Banking</i> Definição	Em 31 de dezembro de 2009 - R\$ mil		
		Cenários (1)		
		1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros.....	(417)	(120.910)	(231.922)
	Total.....	(417)	(120.910)	(231.922)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais

A análise de sensibilidade de 31/12/09 foi efetuada a partir dos cenários abaixo, sempre considerando que estes impactos afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: com base nas informações de mercado de 31/12/09 (BM&FBOVESPA, Anbima, etc), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,51% a.a.

c) Carteiras e prazos

	Curso normal						Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2009 (A)	Total em 2008 (A)
Operações de arrendamento mercantil.....	318.810	294.709	228.228	717.626	1.175.034	2.803.888	5.538.295	5.952.116
Outros créditos (1).....	204	203	201	590	1.131	7.640	9.969	11.855
Total em 2009.....	319.014	294.912	228.429	718.216	1.176.165	2.811.528	5.548.264	
Total em 2008.....	319.488	291.533	222.196	710.051	1.244.565	3.176.138		5.963.971

	Curso anormal						Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vencidas						Total em 2009 (B)	Total em 2008 (B)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias			
Operações de arrendamento mercantil.....	18.563	15.637	10.664	20.256	13.911		79.031	27.990
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-		-	-
Total em 2009.....	18.563	15.637	10.664	20.256	13.911		79.031	
Total em 2008.....	9.988	7.295	3.630	4.925	2.152			27.990

	Curso anormal							Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Parcelas vincendas							Total geral (A+B+C)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2009 (C)	Total em 2008 (C)	
Operações de arrendamento mercantil.....	18.301	19.652	16.940	50.067	87.097	226.659	418.716	232.263	6.036.042
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	9.969
Total em 2009.....	18.301	19.652	16.940	50.067	87.097	226.659	418.716		6.046.011
Total em 2008.....	9.402	9.980	8.750	25.410	45.053	133.668		232.263	6.224.224

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	2009	%	2008	%
Maior devedor.....	54.064	0,89	101.457	1,63
Vinte maiores devedores.....	491.634	8,13	538.394	8,65

e) Setor de atividade econômica

	2009	%	2008	%
Setor público.....	46.520	0,77	101.457	1,63
Intermediários financeiros.....	46.520	0,77	101.457	1,63
Setor privado.....	5.999.491	99,23	6.122.767	98,37
Indústria.....	1.198.092	19,81	1.228.476	19,74
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica.....	270.539	4,47	278.970	4,48
Artigos de borracha e plásticos.....	111.224	1,84	130.694	2,10
Alimentícia e bebidas.....	224.647	3,72	217.050	3,49
Química.....	76.999	1,27	79.052	1,27
Edição, impressão e reprodução.....	59.432	0,98	57.870	0,93
Papel e celulose.....	25.800	0,43	26.336	0,42
Extração de minerais metálicos e não metálicos.....	88.470	1,46	78.230	1,26
Materiais não metálicos.....	42.882	0,71	50.473	0,81
Móveis e produtos de madeira.....	55.363	0,92	57.875	0,93
Têxtil e confecções.....	65.070	1,08	61.861	0,99
Eletroeletrônica.....	40.642	0,67	39.349	0,63
Autopeças e acessórios.....	39.607	0,65	39.347	0,63
Refino de petróleo e produção de álcool.....	36.394	0,60	39.114	0,63
Artefatos de couro.....	8.763	0,14	11.058	0,18
Veículos leves e pesados.....	11.819	0,19	18.556	0,30
Demais indústrias.....	40.441	0,68	42.641	0,69
Comércio.....	1.124.306	18,60	1.135.410	18,24
Produtos em lojas especializadas.....	364.578	6,03	336.264	5,40
Produtos alimentícios, bebidas e fumo.....	197.529	3,27	189.647	3,05
Atacadista de mercadorias em geral.....	58.532	0,97	66.816	1,07
Varejistas não especializados.....	85.612	1,42	102.773	1,65
Artigos de uso pessoal e doméstico.....	70.387	1,16	74.887	1,20
Combustíveis.....	49.975	0,83	55.214	0,89
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores.....	55.061	0,91	58.194	0,93
Resíduos e sucatas.....	79.673	1,32	82.646	1,33
Intermediário do comércio.....	32.487	0,54	33.819	0,54
Vestuário e calçados.....	36.564	0,60	40.952	0,66
Veículos automotores.....	48.216	0,80	43.037	0,69
Produtos agropecuários.....	7.867	0,13	7.821	0,13
Demais comércios.....	37.825	0,62	43.340	0,70
Intermediários financeiros.....	5.416	0,09	6.969	0,11
Serviços.....	2.749.689	45,48	2.835.702	45,56
Transportes e armazenagens.....	1.096.906	18,14	1.238.908	19,90
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.....	603.002	9,97	594.274	9,55
Construção civil.....	453.900	7,51	429.089	6,90
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social.....	164.844	2,73	153.320	2,46
Atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial.....	106.700	1,76	101.422	1,63
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas.....	55.943	0,93	52.842	0,85
Telecomunicações.....	18.150	0,30	21.262	0,34
Alojamento e alimentação.....	55.660	0,92	55.276	0,89
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água.....	3.495	0,06	5.616	0,09
Demais serviços.....	191.089	3,16	183.693	2,95
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	94.239	1,56	98.926	1,59
Pessoa física.....	827.749	13,69	817.284	13,13
Total.....	6.046.011	100,00	6.224.224	100,00

Continua...



...Continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Saldo da Carteira				Provisão mínima requerida					
	Curso normal	Curso anormal	Total (3)	%	Específica (1)		Genérica (2)	Total		
					Vencidas	Vincendas		2009	2008	%
AA.....	155.564	-	155.564	2,6	-	-	-	-	-	-
A.....	618.100	-	618.100	10,2	-	-	3.090	3.090	3.583	0,5
B.....	1.398.829	9.486	1.408.315	23,3	4	91	13.988	14.083	16.204	1,0
C.....	3.155.368	106.804	3.262.172	54,0	215	2.989	94.661	97.865	103.170	3,0
Subtotal.....	5.327.861	116.290	5.444.151	90,1	219	3.080	111.739	115.038	122.957	
D.....	109.009	92.410	201.419	3,3	915	8.327	10.901	20.143	11.596	10,0
E.....	23.698	61.037	84.735	1,4	2.372	15.939	7.109	25.420	12.104	30,0
F.....	32.444	39.473	71.917	1,2	3.125	16.611	16.222	35.958	16.167	50,0
G.....	11.605	35.158	46.763	0,8	4.792	19.819	8.123	32.734	12.877	70,0
H.....	43.647	153.379	197.026	3,2	41.285	112.094	43.647	197.026	61.960	100,0
Subtotal.....	220.403	381.457	601.860	9,9	52.489	172.790	86.002	311.281	114.704	
Total em 2009.....	5.548.264	497.747	6.046.011	100,0	52.708	175.870	197.741	426.319		
%.....	91,8	8,2	100,0		12,4	41,2	46,4	100,0		
Total em 2008.....	5.963.971	260.253	6.224.224	100,0	13.804	58.800	165.057		237.661	
%.....	95,8	4,2	100,0		5,8	24,7	69,5		100,0	

- (1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e
(3) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, e dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008
Saldo inicial.....	237.661	133.018
- Provisão específica (1).....	72.604	21.043
- Provisão genérica (2).....	165.057	111.975
Provisão.....	196.046	106.542
Baixas.....	(7.388)	(1.899)
Saldo final.....	426.319	237.661
- Provisão específica (1).....	228.578	72.604
- Provisão genérica (2).....	197.741	165.057
Recuperação de créditos baixados (3).....	15.046	12.623
Renegociação de créditos no exercício.....	225.653	41.632

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008
Veículos e afins.....	6.358.130	5.893.300
Máquinas e equipamentos.....	3.470.513	3.056.887
Outros.....	959.473	765.480
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g – IV).....	97.828	84.764
Total de bens arrendados.....	10.885.944	9.800.431
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(4.512.330)	(3.263.098)
Superveniência de depreciação (Nota 3g – V).....	1.952.279	1.385.170
Total da depreciação acumulada.....	(2.560.051)	(1.877.928)
Imobilizado de arrendamento.....	8.325.893	7.922.503

A Bradesco Leasing apurou no exercício superveniência de depreciação no montante de R\$ 567.109 mil (2008 – R\$ 563.910 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ (18.106) mil (2008 – R\$ 2.577 mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 585.215 mil (2008 – R\$ 566.467 mil) em resultado do período.

9) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008
Créditos tributários (Nota 24c).....	362.434	353.114
Devedores por depósitos em garantia.....	323.258	594.817
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	85.551	44.891
Pagamentos a ressarcir.....	23.117	23.633
Devedores por compra de valores e bens.....	9.969	11.855
Devedores diversos – País.....	21.149	2.164
Outros.....	178	178
Total.....	825.656	1.030.652

10) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Resultado de participações em coligadas”:

Em 31 de dezembro - R\$ mil										
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social	Lucro líquido ajustado	Valor Contábil		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
			Ações	Cotas			2009	2008	2009	2008
	Aquarius Holdings Ltda. (1).....	32.658	53.224	-	6.368	19,500%	3.236	10.378	9.754	631
Serel Participações em Imóveis S.A. (1)	53.778	890.511	257	-	1,781%	78.878	15.860	16.681	1.405	2.872
Total							26.238	26.435	2.036	3.583

- (1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2009;
(2) Ajuste decorrente de avaliação: considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos:

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008
Aplicações por incentivos fiscais.....	28.837	32.498
Títulos patrimoniais.....	70	70
Outros investimentos.....	1.047	2.410
Subtotal.....	29.954	34.978
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(21.468)	(25.263)
Total.....	8.486	9.715

11) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
Imóveis de uso:	Taxa	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2009	2008
- Terrenos.....		2.741	-	2.741	2.741
- Edificações.....	4%	22.677	(16.929)	5.748	6.656
Outras imobilizações de uso.....	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de Arrendamento.....		10.885.944	(2.560.051)	8.325.893	7.922.503
Total em 2009.....		10.911.517	(2.577.135)	8.334.382	
Total em 2008.....		9.826.004	(1.894.104)		7.931.900

12) DIFERIDO

Refere-se a gastos com desenvolvimento de *softwares*, totalmente amortizado.

13) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS – DEBÊNTURES

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos “Certificados de depósitos interfinanceiros”, conforme segue:

Em 31 de dezembro - R\$ mil						
Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil		
				2009	2008	
Junho/2002 (1).....	1.200.000	2012	100% CDI	3.605.522	3.280.829	
Fevereiro/2005 (2).....	4.000.000	2025	100% CDI	7.454.137	6.782.860	
Mai/2005 (3).....	3.000.000	2011	104% CDI	3.042.277	3.064.492	
Fevereiro/2005 (4).....	4.050.000	2025	100% CDI	7.547.315	6.867.646	
Fevereiro/2005 (5).....	8.775.000	2025	100% CDI	16.352.513	14.879.899	
Janeiro/2008 (6).....	6.750.000	2028	100% CDI	8.332.139	7.581.794	
Total.....	27.775.000			46.333.903	42.457.520	

- (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2002/036, nominativas, 1.200.000 (9ª emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 1º de junho de 2002, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 10 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões;
(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e com prazo de 6 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente;
(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão;
(5) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão; e
(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

Continua...



...Continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
FINAME	23.144	39.713	58.066	103.520	233.757	48.677	506.877
Total em 2009	23.144	39.713	58.066	103.520	233.757	48.677	506.877
%	4,6	7,8	11,5	20,4	46,1	9,6	100,0
Total em 2008	24.197	40.546	60.846	118.917	320.338	82.110	646.954
%	3,7	6,3	9,4	18,4	49,5	12,7	100,0

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas, levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF – R\$ 91.712 mil: pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota “zero” de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nºs 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Os principais processos incluídos nesse programa referem-se: i) ao questionamento da CSLL exigida das instituições financeiras nos anos-base de 1995 a 1998 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral; e (ii) ao não recolhimento da CSLL dos anos-base de 1996 a 1998, anos nos quais algumas empresas do Bradesco não possuíam empregados, uma vez que o inciso I, artigo 195, da Constituição Federal prevê que essa contribuição somente é devida pelos empregadores.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido, diretamente relacionados, com a adesão ao programa montou a R\$ 55.387 mil e foi substancialmente registrado na rubrica de “Outras Receitas Operacionais”. A Empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Em 31 de dezembro de 2008.....	1.700	38.653	398.979
Atualização monetária	-	-	25.154
Constituições líquidas de reversões e baixas (2) ...	(1.197)	13.574	(230.127)
Pagamentos.....	-	-	(2.400)
Em 31 de dezembro de 2009 (Nota 16)	503	52.227	191.606

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais; e

(2) Na Rubrica “Fiscais e Previdenciárias” inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo os principais relacionados ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos correspondem a R\$ 44.209 mil, em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, bem como a natureza do contrato de Arrendamento Mercantil não caracterizar a prestação de serviços, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para riscos fiscais (Nota 15b)	191.606	398.979
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 24c)	519.354	396.575
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	36.062	5.842
Impostos e contribuições a recolher	8.802	4.126
Total	755.824	805.522

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Credores por antecipação de valor residual	2.393.325	1.800.043
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15b)	52.227	38.653
Obrigações por aquisição de bens e direitos	26.368	12.976
Credores diversos - País	51.013	6.215
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15b)	503	1.700
Outras	1.582	1.424
Total	2.525.018	1.861.011

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.127.800 mil (2008 – R\$ 2.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.605 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 15 de janeiro de 2009, o BACEN homologou a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o capital social no montante de R\$ 460 mil, elevando-o de R\$ 2.127.340 mil para R\$ 2.127.800 mil, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo das contas “Reserva de Capital - Atualização de Títulos Patrimoniais”, no valor de R\$ 384 mil e parte do saldo da conta “Reservas de Lucros - Reserva Estatutária”, no valor de R\$ 76 mil.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de lucros.....	1.217.515	935.621
- Reserva Legal (1)	79.842	61.357
- Reservas Estatutárias (2)	1.137.673	874.264

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas, estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. No exercício, foram provisionados, dividendos, no montante de R\$ 87.804 mil (2008 – R\$ 110.751 mil), correspondendo a R\$ 9 mil (2008 – R\$ 11 mil) por ação.

O cálculo dos dividendos está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Lucro líquido.....	369.698	466.321
Reserva legal	(18.485)	(23.316)
Base de cálculo	351.213	443.005
Dividendos provisionados (25%)	87.804	110.751

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Emolumentos judiciais e cartorários.....	9.291	5.187
Serviços técnicos especializados	5.178	3.105
Processamento de dados	3.546	3.530
Serviços do sistema financeiro	921	194
Depreciações e amortizações	958	1.793
Propaganda, promoções e publicidade	838	1.403
Serviços de terceiros	185	231
Apreensão de bens	328	465
Outras	537	529
Total	21.782	16.437

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
COFINS	34.439	27.099
PIS	5.597	4.404
ISS	7.821	6.485
Outras	1.227	656
Total	49.084	38.644

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Variações monetárias ativas.....	47.267	53.607
Aditivos contratuais	14.827	21.582
Reversão de outras provisões operacionais (1)	4.206	187.647
Repetição de Indébito - FINSOCIAL (Juros e Principal)	2.779	-
Outras (2)	70.199	807
Total	139.278	263.643

- (1) Em 2008, refere-se a recuperação de provisão de CPMF; e
- (2) Contempla, substancialmente, a adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 15).

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Variações monetárias passivas	25.437	36.275
Outras provisões operacionais	20.077	6.038
Descontos concedidos	11.472	2.989
Outras	7	34
Total	56.993	45.336

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado na alienação de outros valores e bens.....	(5.475)	18.489
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(13.570)	(7.112)
Aluguéis.....	138	1.187
Reversão de provisão/resultado na alienação de investimentos....	314	-
Outros (1)	(1)	574
Total	(18.594)	13.138

(1) Em 2008, refere-se, basicamente, dividendos recebidos.

23) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009 Ativos (passivos)	2008 Ativos (passivos)	2009 Receitas (despesas)	2008 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	114	87	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	36.990.193	30.174.738	3.104.770	3.801.204
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	6.342.904	8.635.342	755.014	486.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(198.555)	(110.751)	-	-
Outras Coligadas.....	2.855	630	-	-
Debêntures:				
Banco Bradesco S.A.	(45.593.451)	(40.970.877)	(4.098.400)	(4.450.966)
Aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	138	1.187

Continua...



...Continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Financeiras Consolidadas da Organização Bradesco

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição em 31 de dezembro de 2009:

Ações ordinárias.....	0,06%
Ações preferenciais	-
Total de ações	0,06%

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	582.044	706.214
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(232.818)	(282.486)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	814	1.433
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis (2)....	14.508	(2.457)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (3)	-	16.784
Outros valores	5.150	26.833
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(212.346)	(239.893)

(1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da Contribuição Social foi elevada para 15% de acordo com a Medida Provisória nº 413 de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008) (Nota 3h);

(2) Contempla o efeito fiscal resultante da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09; e

(3) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(261.922)	(240.797)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	61.859	1.646
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal	(12.283)	(742)
Total dos impostos diferidos	49.576	904
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(212.346)	(239.893)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em	Consti-	Saldo em
	31.12.2008	tuição	31.12.2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102.505	78.441	173.995
Provisão para contingências cíveis	15.471	5.430	20.891
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	86.358	10.145	49.146
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	7.155	-	5.632
Ágio amortizado	4.207	-	1.324
Provisão para desvalorização de bens não de uso	9.500	5.427	11.385
Outros valores	1.123	24.844	25.805
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	226.319	124.287	288.178
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.....	86.539	-	74.256
Subtotal	312.858	124.287	362.434
Contribuição social MP nº 2.158-35 de 24.8.2001	40.256	-	-
Total dos créditos tributários (Nota 9).....	353.114	124.287	362.434
Obrigações fiscais diferidas (Notas 16a e 24f)	396.575	165.729	519.354
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	(43.461)	(41.442)	(156.920)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.

	Em 31 de dezembro de 2009 - Em R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Prejuízo	
	Imposto	fiscal	
	de renda	Imposto	Total
2010.....	51.586	30.753	154.670
2011.....	62.263	36.174	100.362
2012.....	60.924	35.912	96.836
2013.....	3.404	2.001	5.405
2014.....	3.252	1.909	5.161
Total	181.429	106.749	362.434

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 339.871 mil (2008 - R\$ 325.729 mil) sendo R\$ 267.219 mil (2008 - R\$ 208.306 mil) de diferenças temporárias, R\$ 72.652 mil (2008 - R\$ 82.519 mil) de prejuízo fiscal e (2008 - R\$ 34.904 mil) de crédito tributário de contribuição Social MP nº 2.158-35.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 519.354 mil (2008 - R\$ 396.575 mil), são relativas à superveniência de depreciação, R\$ 488.070 mil (2008 - R\$ 346.293 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 26.395 mil (2008 - R\$ 46.104 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 3.317 mil (2008 - R\$ 2.340 mil) e reserva de reavaliação R\$ 1.572 mil (2008 - R\$ 1.838 mil), respectivamente.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

DIRETORIA

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Antônio Bornia

Membros

Mário da Silveira Teixeira Júnior
Márcio Artur Laurelli Cypriano
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores

Laércio Albino Cezar
Arnaldo Alves Vieira
Sérgio Socha
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
José Luiz Acar Pedro
Norberto Pinto Barbedo
Domingos Figueiredo de Abreu

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como

superveniência de depreciação. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pelo BACEN.

4. Somos de parecer que, exceto quanto a não reclassificação mencionada no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

SCIANI - PINTURAS INDUSTRIAIS LTDA. - ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação 16000513 e está requerendo a Licença de Operação para execução de serviço de pintura industrial, sito à Rua dos Berilos, 100 - Bairro Prosperidade - São Caetano do Sul/SP.

rec:6988949

POLICONTROL INSTRUMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., torna público que requereu na CETESB a renovação da Licença de Operação para fabricação de aparelhos mecânicos, elétricos ou eletrônicos para laboratório, n.e., sito à Rua Tupinambás, 495 - Vila Conceição - Diadema/SP.

rec:6988950

FORNELLO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 29004560, para PRODUÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS COZIDAS, RECHEADAS OU PREPARADAS , sito à Rua Cabo João Fagundes Machado nº 33 – Pq. Novo Mundo São Paulo/SP.

rec:6989318

Acesso gratuito ao *Diário Oficial* desde sua primeira edição.

www.imprensaoficial.com.br

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2010 09:21:44.
Nº de Série do Certificado: 17CEA2AE37513D924C00DEFB450BAC946AAE915B
[Ticket: 12541461] - www.imprensaoficial.com.br



Bradesco

Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 369,698 milhões, correspondendo a R\$ 38.490,16 por ação, e Patrimônio Líquido de R\$ 3,350 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 11,04%.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos era de R\$ 53,670 bilhões, destacando-se R\$ 43,333 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 6,046 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil (Leasing Financeiro), a valor presente, sendo R\$ 11,655 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado era de R\$ 2,393 bilhões.

O total de Captações, em 31 de dezembro, estava representado por R\$ 46,334 bilhões de Debêntures e R\$ 506,877 milhões de FINAME

No exercício, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	11.305.005	12.904.014	CIRCULANTE	2.219.977	1.928.363
DISPONIBILIDADES.....	114	87	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 13).....	42.276	64.492
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6).....	9.681.135	11.292.201	Recursos de Debêntures.....	42.276	64.492
Aplicações no Mercado Aberto.....	6.013.534	8.635.342	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14).....	224.443	244.506
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	3.667.601	2.656.859	FINAME.....	224.443	244.506
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7).....	1.410.635	1.265.799	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.953.258	1.619.365
Carteira Própria.....	1.303.662	1.084.670	Sociais e Estatutárias.....	198.555	110.751
Vinculados à Prestação de Garantias.....	106.973	181.129	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	389.374	272.645
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8).....	(104.225)	(5.741)	Negociação e Intermediação de Valores.....	15	15
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 16b).....	1.365.314	1.235.954
- Setor Público.....	38.995	71.308			
- Setor Privado.....	2.640.292	2.488.663			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(2.564.821)	(2.457.498)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	48.100.215	43.953.410
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(218.691)	(108.214)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 13).....	46.291.627	42.393.028
OUTROS CRÉDITOS.....	278.879	345.314	Recursos de Debêntures.....	46.291.627	42.393.028
Rendas a Receber.....	3.685	1.223	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14).....	282.434	402.448
Diversos (Nota 9).....	275.264	344.175	FINAME.....	282.434	402.448
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(70)	(84)	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.526.154	1.157.934
OUTROS VALORES E BENS.....	38.467	6.354	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a).....	366.450	532.877
Outros Valores e Bens.....	68.895	32.055	Diversas (Nota 16b).....	1.159.704	625.057
Provisões para Desvalorizações.....	(30.428)	(25.701)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	33.996.231	28.076.117	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17).....	3.350.150	3.066.459
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6).....	33.651.962	27.517.879	Capital:		
Aplicações no Mercado Aberto.....	329.370	-	- De Domiciliados no País.....	2.127.800	2.127.800
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	33.322.592	27.517.879	Reservas de Lucros.....	1.217.515	935.621
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8).....	(206.796)	(129.082)	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	4.835	3.038
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público.....	8.108	30.149			
- Setor Privado.....	3.541.845	3.760.181			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(3.549.420)	(3.790.321)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(207.329)	(129.091)			
OUTROS CRÉDITOS.....	550.163	686.205			
Diversos (Nota 9).....	550.392	686.477			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(229)	(272)			
OUTROS VALORES E BENS.....	902	1.115			
Despesas Antecipadas.....	902	1.115			
PERMANENTE	8.369.106	7.968.101			
INVESTIMENTOS (Nota 10).....	34.724	36.150			
Participações em Coligadas:					
- No País.....	26.238	26.435			
Outros Investimentos.....	29.954	34.978			
Provisões para Perdas.....	(21.468)	(25.263)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11).....	8.489	9.397			
Imóveis de Uso.....	11.479	11.479			
Reavaliações de Imóveis de Uso.....	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso.....	155	155			
Depreciações Acumuladas.....	(17.084)	(16.176)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8h e 11).....	8.325.893	7.922.503			
Bens Arrendados.....	10.885.944	9.800.431			
Depreciações Acumuladas.....	(2.560.051)	(1.877.928)			
DIFERIDO (Nota 12).....	-	51			
Gastos de Organização e Expansão.....	-	3.065			
Amortização Acumulada.....	-	(3.014)			
TOTAL	53.670.342	48.948.232	TOTAL	53.670.342	48.948.232

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	4.071.384	8.265.213	8.288.804
Operações de Crédito	9.628	15.047	12.623
Operações de Arrendamento Mercantil	2.254.485	4.271.819	3.852.443
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7b).....	1.807.271	3.978.347	4.423.738
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.709.781	7.678.030	7.762.537
Operações de Captações no Mercado	1.929.476	4.206.176	4.733.311
Operações de Empréstimos e Repasses	21.664	47.859	51.655
Operações de Arrendamento Mercantil	1.724.508	3.227.949	2.871.029
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f e g)	34.133	196.046	106.542
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	361.603	587.183	526.267
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	33.221	13.455	166.809
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(13.166)	(21.782)	(16.437)
Despesas Tributárias (Nota 19)	(26.550)	(49.084)	(38.644)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 10a)	935	2.036	3.583
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	103.390	139.278	263.643
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(31.378)	(56.993)	(45.336)
RESULTADO OPERACIONAL.....	394.824	600.638	693.076
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	(12.158)	(18.594)	13.138
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	382.666	582.044	706.214
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(131.505)	(212.346)	(239.893)
LUCRO LÍQUIDO	251.161	369.698	466.321
Número de ações (Nota 17b)	9.605	9.605	9.605
Lucro por ação em R\$	26.148,98	38.490,16	48.549,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social			Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal	Estatutárias	Próprias		
Saldos em 30.6.2009	2.127.800	-	-	67.284	958.721	3.826	-	3.167.631
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.009	-	1.009
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	251.161	251.161
Destinações: - Reservas	-	-	-	12.558	178.952	-	(191.510)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(59.651)	(59.651)
Saldos em 31.12.2009	2.127.800	-	-	79.842	1.137.673	4.835	-	3.350.150
Saldos em 31.12.2007	2.014.485	-	269	38.041	542.086	3.819	-	2.598.700
Aumento de Capital por Subscrição	-	112.855	-	-	-	-	-	112.855
Aumento de Capital com Reservas	-	460	(384)	-	(76)	-	-	-
Homologação de Aumento de Capital	112.855	(112.855)	-	-	-	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	115	-	-	-	-	115
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(781)	-	(781)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	466.321	466.321
Destinações: - Reservas	-	-	-	23.316	332.254	-	(355.570)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(110.751)	(110.751)
Saldos em 31.12.2008	2.127.340	460	-	61.357	874.264	3.038	-	3.066.459
Saldos em 31.12.2008	2.127.340	460	-	61.357	874.264	3.038	-	3.066.459
Homologação de Aumento de Capital	460	(460)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.797	-	1.797
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	369.698	369.698
Destinações: - Reservas	-	-	-	18.485	263.409	-	(281.894)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(87.804)	(87.804)
Saldos em 31.12.2009	2.127.800	-	-	79.842	1.137.673	4.835	-	3.350.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

		Exercícios findos em		
		31 de dezembro		
		2º Semestre		
		2009	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....		382.666	582.044	706.214
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:.....		1.676.834	2.815.233	2.234.324
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		34.133	196.046	106.542
Depreciações e Amortizações		1.720.391	3.220.778	2.841.399
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais.....		(49.203)	(32.951)	(146.705)
Resultado de Participações em Coligadas		(935)	(2.036)	(3.583)
Superveniência de Depreciação		(38.640)	(585.215)	(566.467)
Prejuízo na alienação de bens arrendados		2.167	3.913	2.965
Perdas/Provisão por Desvalorização de Ativos		1.128	1.128	-
Outros.....		7.793	13.570	177
Lucro Líquido Ajustado.....		2.059.500	3.397.277	2.940.538
Redução/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(2.416.374)	(4.065.268)	(8.529.442)
Redução/(Aumento) em Títulos para Negociação		(152.982)	(141.856)	(182.014)
Redução/(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens.....		297.653	254.491	(178.391)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações		(256.666)	492.310	(13.489)
Aumento/(Redução) em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil		(20.838)	(19.848)	2.518
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		(45.111)	(106.972)	(60.625)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais		(534.818)	(189.866)	(6.020.505)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:				
Redução/(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda		(1.786)	(2.311)	725
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		(2.826.840)	(5.596.244)	(5.600.566)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		2.292.940	2.554.337	524.913
Aquisição de Bens não de Uso Próprio.....		(46.168)	(67.462)	(15.845)
Alienação de Bens não de Uso Próprio.....		17.502	21.779	15.845
Aquisição de Investimentos		-	-	(4.064)
Alienação de Investimentos		1.229	1.230	-
Dividendos Recebidos de Coligadas		7	7	4.414
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos		(563.116)	(3.088.664)	(5.074.578)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos:				
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos.....		1.787.898	3.876.383	11.097.817
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(67.007)	(140.077)	162.441
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos		1.720.891	3.736.306	11.260.258
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		622.957	457.776	165.175
Resumo:				
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	Início do Período	91	165.272	97
	Fim do Período.....	623.048	623.048	165.272
	Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	622.957	457.776	165.175

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais m

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	%	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	4.097.105	1.001,2	8.132.858	1.288,6	8.413.707	1.129,6
1.1) Intermediação Financeira	4.071.384	994,9	8.265.213	1.309,6	8.288.804	1.112,8
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ..	(34.133)	(8,3)	(196.046)	(31,1)	(106.542)	(14,3)
1.3) Outras	59.854	14,6	63.691	10,1	231.445	31,1
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.675.648)	(898,2)	(7.481.984)	(1.185,5)	(7.655.995)	(1.027,8)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.713)	(3,1)	(20.824)	(3,2)	(14.644)	(2,0)
Serviços de Terceiros	(92)	-	(185)	-	(231)	-
Outras	(12.621)	(3,1)	(20.639)	(3,2)	(14.413)	(2,0)
Apreensão de Bens	(132)	-	(328)	(0,1)	(465)	(0,1)
Serviços do Sistema Financeiro	(546)	(0,1)	(921)	(0,1)	(194)	-
Propaganda, Promoções e Publicidade	(365)	(0,1)	(838)	(0,1)	(1.403)	(0,2)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(5.935)	(1,6)	(9.291)	(1,5)	(5.187)	(0,7)
Serviços Técnicos Especializados	(3.314)	(0,8)	(5.178)	(0,8)	(3.105)	(0,4)
Processamento de Dados	(2.093)	(0,5)	(3.546)	(0,6)	(3.530)	(0,5)
Outras	(236)	-	(537)	-	(529)	(0,1)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	408.744	99,9	630.050	99,9	743.068	99,8
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(453)	(0,1)	(958)	(0,2)	(1.793)	(0,3)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	408.291	99,8	629.092	99,7	741.275	99,5
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	935	0,2	2.036	0,3	3.583	0,5
Resultado de Equivalência Patrimonial	935	0,2	2.036	0,3	3.583	0,5
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	409.226	100,0	631.128	100,0	744.858	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	409.226	100,0	631.128	100,0	744.858	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	158.065	38,6	261.430	41,4	278.537	37,4
Federais	153.823	37,6	253.609	40,2	272.052	36,5
Municipais	4.242	1,0	7.821	1,2	6.485	0,9
9.2) Remuneração de Capitais	251.161	61,4	369.698	58,6	466.321	62,6
Próprios	59.651	14,6	87.804	13,9	110.751	14,9
Dividendos	191.510	46,8	281.894	44,7	355.570	47,7
Lucros Retidos						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua..



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas informações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "*pro-rata*" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é a proteção contra riscos ("*hedje*") ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como, para o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 8h).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 8h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("*accrua*") destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009		2008	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos (1)				
Títulos para negociação	-	1.021.333	30.266	350.856
Letras financeiras do tesouro	-	1.736	9.486	278.305
Certificados de depósito bancário	-	-	851	8.737
Debêntures	-	-	7.737	13.067
Letras do tesouro nacional	-	1.019.597	1.072	3.539
Notas do tesouro nacional	-	-	11.120	54.945
Títulos disponíveis para venda	8.180	-	-	-
Ações (3)	8.180	-	-	-
Total em 2009	8.180	1.021.333	30.266	350.856
Total em 2008	5.200	602.276	142.685	515.638

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administradas pelo Conglomerado Bradesco foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas; e
- (3) Em 2009, foram realizadas perdas que não temporárias no valor de R\$ 1.128 mil, para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2009	2008	
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Títulos de renda fixa	3.859.784		4.289.750
Títulos de renda variável	14.842		20.725
Fundos de investimento	(241)		-
Total	103.962		113.263
	3.978.347		4.423.738

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Análise de Sensibilidade

Como boa prática de governança de gestão de riscos, a Bradesco Leasing possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

De acordo com a natureza das suas atividades a Bradesco Leasing possui em seu portfólio apenas operações *Banking* e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Fatores de Riscos	Em 31 de dezembro de 2009 - R\$ mil		
	Carteira Banking		
	Definição		
Taxa de Juros em Reais		1	2
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros		(417)	(120.910)
Total		(417)	(120.910)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais

A análise de sensibilidade de 31/12/09 foi efetuada a partir dos cenários abaixo, sempre considerando que estes impactos afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: com base nas informações de mercado de 31/12/09 (BM&FBOVESPA, Anbima, etc), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,51% a.a.

Cenário 2: foram determinados choques de 25% com base no mercado de 31/12/09. Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,13% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: foram determinados choques de 50% com base no mercado de 31/12/09. Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,75% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Fatores de Riscos	Em 31 de dezembro de 2008 - R\$ mil		
	Carteira Banking		
	Definição		
Taxa de Juros em Reais		1	2
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros		119	(880)
Total		119	(880)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais

A análise de sensibilidade de 31/12/08 foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc). Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 11,60% a.a.

Cenário 2: foram determinados choques de 25% com base no mercado de 31/12/08 e aplicados sobre o Cenário 1. Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 14,64% a.a.

Cenário 3: foram determinados choques de 50% com base no mercado de 31/12/08 e aplicados sobre o Cenário 1. Por exemplo: a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 17,68% a.a.

8) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Arrendamentos financeiros a receber	6.217.585	6.338.304
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(6.102.586)	(6.235.822)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	10.858.212	9.777.908
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(2.543.844)	(1.867.978)
Depreciações acumuladas	(4.496.123)	(3.253.148)
Superveniência de depreciação	1.952.279	1.385.170
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b)	(2.393.325)	(1.800.043)
Total do valor presente	6.036.042	6.212.369

...Continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Carteiras e prazos	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Curso normal							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2009 (A)	Total em 2008 (A)
Operações de arrendamento mercantil.....	318.810	294.709	228.228	717.626	1.175.034	2.803.888	5.538.295	5.952.116
Outros créditos (1)	-	204	203	390	1.131	7.640	9.969	11.855
Total em 2009.....	319.014	294.912	228.429	718.216	1.176.165	2.811.528	5.548.264	
Total em 2008.....	319.488	291.533	222.196	710.051	1.244.565	3.176.138		5.963.971

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Curso anormal							
	Parcelas vencidas							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias		Total em 2009 (B)	Total em 2008 (B)
Operações de arrendamento mercantil.....	18.563	15.637	10.664	20.256	13.911		79.031	27.990
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-		-	-
Total em 2009.....	18.563	15.637	10.664	20.256	13.911		79.031	
Total em 2008.....	9.988	7.295	3.630	4.925	2.152			27.990

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Curso anormal							
	Parcelas vencidas							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2009 (C)	Total em 2008 (C)
Operações de arrendamento mercantil.....	18.301	19.652	16.940	50.067	87.097	226.659	418.716	232.263
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2009.....	18.301	19.652	16.940	50.067	87.097	226.659	418.716	
Total em 2008.....	9.402	9.980	8.750	25.410	45.053	133.668		232.263

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
2009	%	2008	%				
Maior devedor	54.064	0,89	101.457	1,63			
Vinte maiores devedores	491.634	8,13	538.394	8,65			

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
2009	%	2008	%				
46.520	0,77	101.457	1,63				
46.520	0,77	101.457	1,63				
5.999.491	99,23	6.122.767	98,37				
1.198.092	19,81	1.228.476	19,74				
270.539	4,47	278.970	4,48				
111.224	1,84	130.694	2,10				
224.647	3,72	217.050	3,49				
76.999	1,27	79.052	1,27				
59.432	0,98	57.870	0,93				
25.800	0,43	26.336	0,42				
88.470	1,46	78.230	1,26				
42.882	0,71	50.473	0,81				
55.363	0,92	57.875	0,93				
65.070	1,08	61.861	0,99				
40.642	0,67	39.349	0,63				
39.607	0,65	39.347	0,63				
36.394	0,60	39.114	0,63				
8.763	0,14	11.058	0,18				
11.819	0,19	18.556	0,30				
40.441	0,68	42.641	0,69				
1.124.306	18,60	1.135.410	18,24				
364.578	6,03	336.264	5,40				
197.529	3,27	189.647	3,05				
58.532	0,97	66.816	1,07				
85.612	1,42	102.773	1,65				
70.387	1,16	74.887	1,20				
49.975	0,83	55.214	0,89				
55.061	0,91	58.194	0,93				
79.673	1,32	82.646	1,33				
32.487	0,54	33.819	0,54				
36.564	0,60	40.952	0,66				
48.216	0,80	43.037	0,69				
7.867	0,13	7.821	0,13				
37.825	0,62	43.340	0,70				
5.416	0,09	6.969	0,11				
2.749.689	45,48	2.835.702	45,56				
1.096.906	18,14	1.238.908	19,90				
603.002	9,97	594.274	9,55				
453.900	7,51	429.089	6,90				
164.844	2,73	153.320	2,46				
106.700	1,76	101.422	1,63				
55.943	0,93	52.842	0,85				
18.150	0,30	21.262	0,34				
55.660	0,92	55.276	0,89				
3.495	0,06	5.616	0,09				
191.089	3,16	183.693	2,85				
94.239	1,56	98.926	1,59				
827.749	13,69	817.284	13,13				
6.046.011	100,00	6.224.224	100,00				

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
Nível de risco	Saldo da Carteira			%	Específica (1)		Provisão mínima requerida
	Curso normal	Curso anormal	Total (3)		Vencidas	Vincendas	
AA.....	155.564	-	155.564	2,6	-	-	-
A.....	618.100	-	618.100	10,2	-	-	3.090
B.....	1.398.829	9.486	1.408.315	23,3	4	91	13.988
C.....	3.155.368	106.804	3.262.172	54,0	215	2.989	94.661
Subtotal.....	5.327.861	116.290	5.444.151	90,1	219	3.080	111.739
D.....	109.009	92.410	201.419	3,3	915	8.327	10.901
E.....	23.698	61.037	84.735	1,4	2.372	15.939	7.109
F.....	32.444	39.473	71.917	1,2	3.125	16.611	16.222
G.....	11.605	35.158	46.763	0,8	4.792	19.819	8.123
H.....	43.647	153.379	197.026	3,2	41.285	112.094	43.647
Subtotal.....	220.403	381.457	601.860	9,9	52.489	172.790	86.002
Total em 2009.....	5.548.264	497.747	6.046.011	100,0	52.708	175.870	197.741
%.....	91,8	8,2	100,0		12,4	41,2	46,4
Total em 2008.....	5.963.971	260.253	6.224.224	100,0	13.804	58.800	165.057
%.....	95,8	4,2	100,0		5,8	24,7	69,5

- (1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e
(3) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, e dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2009		2008				
	237.661		133.018				
	-	72.604	-	21.043			
Provisão.....	165.057		111.975				
Baixas.....	196.046		106.542				
Saldo final.....	426.319		237.661				
- Provisão específica (1).....	228.578		72.604				
- Provisão genérica (2).....	197.741		165.057				
Recuperação de créditos baixados (3).....	15.046		12.623				
Renegociação de créditos no exercício.....	225.653		41.632				

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:	2009		2008				
	6.358.130		5.893.300				
	3.470.513		3.056.887				
Outros.....	959.473		765.480				
Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3g – IV).....	97.828		84.764				
Total de bens arrendados.....	10.885.944		9.800.431				
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(4.512.330)		(3.263.098)				
Superveniência de depreciação (Nota 3g – V).....	1.952.279		1.385.170				
Total da depreciação acumulada.....	(2.560.051)		(1.877.928)				
Imobilizado de arrendamento.....	8.325.893		7.922.503				

A Bradesco Leasing apurou no exercício superveniência de depreciação no montante de R\$ 567.109 mil (2008 – R\$ 563.910 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ (18.106) mil (2008 – R\$ 2.577 mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 585.215 mil (2008 – R\$ 566.467 mil) em resultado do período.

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
9) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	2009		2008				
	362.434		353.114				
	323.258		594.817				
Devedores por depósitos em garantia.....	85.551		44.891				
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	23.117		23.633				
Pagamentos a ressarcir.....	9.969		11.855				
Devedores por compra de valores e bens.....	21.149		2.164				

...Continuação



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2009	2008
FINAME	23.144	39.713	58.066	103.520	233.757	48.677	506.877	646.954
Total em 2009.....	23.144	39.713	58.066	103.520	233.757	48.677	506.877	646.954
%.....	4,6	7,8	11,5	20,4	46,1	9,6	100,0	
Total em 2008.....	24.197	40.546	60.846	118.917	320.338	82.110		646.954
%.....	3,7	6,3	9,4	18,4	49,5	12,7		100,0

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas, levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF – R\$ 91.712 mil: pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nºs 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Os principais processos incluídos nesse programa referem-se: i) ao questionamento da CSLL exigida das instituições financeiras nos anos-base de 1995 a 1998 por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral; e (ii) ao não recolhimento da CSLL dos anos-base de 1996 a 1998, anos nos quais algumas empresas do Bradesco não possuíam empregados, uma vez que o inciso I, artigo 195, da Constituição Federal prevê que essa contribuição somente é devida pelos empregadores.

Considerando as determinações específicas do referido programa, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão. Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

O total líquido, diretamente relacionados, com a adesão ao programa montou a R\$ 55.387 mil e foi substancialmente registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A Empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Em 31 de dezembro de 2008	1.700	38.653	398.979
Avaliação monetária.....			25.154
Constituições líquidas de reversões e baixas (2)	(1.197)	13.574	(230.127)
Pagamentos		-	(2.400)
Em 31 de dezembro de 2009 (Nota 16).....	503	52.227	191.606

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais; e

(2) Na Rubrica "Fiscais e Previdenciárias" inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo os principais relacionados ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos correspondem a R\$ 44.209 mil, em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, bem como a natureza do contrato de Arrendamento Mercantil não caracterizar a prestação de serviços, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para riscos fiscais (Nota 15b)	191.606	398.979
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 24c)	519.354	396.575
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	36.062	5.842
Impostos e contribuições a recolher	8.802	4.126
Total	755.824	805.522

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Credores por antecipação de valor residual	2.393.325	1.800.043
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15b)	52.227	38.653
Obrigações por aquisição de bens e direitos	26.368	12.976
Credores diversos - País	51.013	6.215
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15b)	503	1.700
Outras	1.582	1.424
Total	2.525.018	1.861.011

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.127.800 mil (2008 – R\$ 2.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.605 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal.

Em 15 de janeiro de 2009, o BACEN homologou a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, deliberando aumentar o capital social no montante de R\$ 460 mil, elevando-o de R\$ 2.127.340 mil para R\$ 2.127.800 mil, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo das contas "Reserva de Capital - Atualização de Títulos Patrimoniais", no valor de R\$ 384 mil e parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", no valor de R\$ 76 mil.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de lucros	1.217.515	935.621
- Reserva Legal (1)	79.842	61.357
- Reservas Estatutárias (2)	1.137.673	874.264
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.		

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Conforme disposição estatutária, os acionistas, estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. No exercício, foram provisionados, dividendos, no montante de R\$ 87.804 mil (2008 – R\$ 110.751 mil), correspondendo a R\$ 9 mil (2008 – R\$ 11 mil) por ação.

O cálculo dos dividendos está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Lucro líquido.....	369.698	466.321
Reserva legal.....	(16.485)	(23.316)
Base de cálculo	351.213	443.005
Dividendos provisionados (25%)	87.804	110.751

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Emolumentos judiciais e cartórios.....	9.291	5.187
Serviços técnicos especializados	5.178	3.105
Processamento de dados	3.546	3.530
Serviços do sistema financeiro	921	194
Depreciações e amortizações	958	1.793
Propaganda, promoções e publicidade	838	1.403
Serviços de terceiros	185	231
Apreensão de bens	328	465
Outras	537	529
Total	21.782	16.437

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
COPINS	34.439	27.099
PIS	5.597	4.404
ISS	7.821	6.485
Outras	1.227	656
Total	49.084	38.644

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Variações monetárias ativas	47.267	53.607
Aditivos contratuais	14.827	21.582
Reversão de outras provisões operacionais (1)	4.206	187.647
Repetição de Indébito - FINSOCIAL (Juros e Principal)	2.779	
Outras (2)	70.199	807
Total	139.278	263.643

- (1) Em 2008, refere-se a recuperação de provisão de CPMF; e
(2) Contempla, substancialmente, a adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 15).

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Variações monetárias passivas	25.437	36.275
Outras provisões operacionais	20.077	6.038
Descontos concedidos	11.472	2.999
Outras	7	34
Total	56.993	45.336

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado na alienação de outros valores e bens	(5.475)	18.489
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(13.570)	(7.112)
Alugueres	138	1.187
Reversão de provisão/resultado na alienação de investimentos	314	
Outros (1)	(1)	574
Total	(18.594)	13.138

(1) Em 2008, refere-se, basicamente, dividendos recebidos.

23) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009 Ativos (passivos)	2008 Ativos (passivos)	2009 Receitas (despesas)	2008 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	114	87	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	36.990.193	30.174.738	3.104.770	3.801.204
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	6.342.904	8.635.342	755.014	486.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(198.555)	(110.751)	-	-
Outras Coligadas	2.855	630	-	-
Debêntures:				
Banco Bradesco S.A.	(45.593.451)	(40.970.877)	(4.098.400)	(4.450.966)
Aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	138	1.187

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição em 31 de dezembro de 2009:

	2009	2008
Ações ordinárias	0,06%	
Ações preferenciais	-	
Total de ações.....	0,06%	

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	582.044	706.214
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(232.818)	(282.486)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	814	1.433
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis (2)	14.508	(2.457)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (3)	-	16.784
Outros valores	5.150	26.633
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(212.346)	(239.893)

- (1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da Contribuição Social foi elevada para 15% de acordo com a Medida Provisória nº 413 de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008) (Nota 3b);
(2) Contempla o efeito fiscal resultante da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09; e
(3) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(261.922)	(240.797)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	61.859	1.646
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal	(12.283)	(742)
Total dos impostos diferidos	49.576	904
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(212.346)	(239.893)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2008	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102.505	78.441	6.951	173.995
Provisão para contingências cíveis	15.471	5.430	10	20.891
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	86.538	10.145	47.357	49.146
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	7.155	-	1.523	5.632
Ativo amortizado	4.207	-	2.883	1.324
Provisão para desvalorização de bens não de uso	9.500	5.427	3.542	11.385
Outros valores	1.123	24.844	162	25.805
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	226.319	124.287	62.428	288.178
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	86.539	-	12.283	74.256
Subtotal	312.858	124.287	74.711	362.434
Contribuição social MP nº 2.158-35 de 24.8.2001	40.256	-	40.256	-
Total dos créditos tributários (Nota 9)	353.114	124.287	114.967	362.434
Obrigações fiscais diferidas (Notas 16a e 24f)	396.575	165.729	42.950	519.354
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(43.461)	(41.442)	72.017	(156.920)